



ACÓRDÃO Nº209/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11540/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Josué Cláudio de Souza Neto, Abdala Habib Fraxe Junior e David Antonio Abisai Pereira de Almeida (Ordenadores de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui
- 5- **Órgão:** Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM
- 6- **Exercício:** 2017
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6573/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM. Exercício de 2017.

*Regularidade. Recomendação. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular** as Contas da **Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM)**, referentes ao **exercício financeiro de 2017**, de responsabilidade dos Srs. Josué Cláudio de Souza Neto (Período de 01/01/2017 a 31/01/2017), Sr. David Antonio Abisai Pereira de Almeida (Períodos de 01/02 a 08/05 e 05/10 a 31/12/2017) e Abdala Habib Fraxe Júnior (Período de 09/05 a 04/10/2017).
- 10.2. **Recomendar** ao atual gestor da ALEAM, Sr. Josué Cláudio de Souza Neto, que observe os itens abaixo, encaminhando-lhe cópia do Parecer 6573/2018-DMP-EFC (fls. 1163/1166), do Relatório/Voto e do Acórdão:
 - 10.2.1. Disponibilize Portal da Transparência simples, objetivo e organizado, que oferte, sem óbices, o necessário controle social efetivo por parte dos cidadãos, em efetivo atendimento ao art. 8º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);
 - 10.2.2. Atente aos requisitos necessários para dispor de um Controle Interno estruturado e efetivo.
- 10.3. **Dar quitação:**



ACÓRDÃO Nº209/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.1. ao Sr. **Josué Cláudio de Souza Neto**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;

10.3.2. ao Sr. **David Antônio Abisai Pereira de Almeida**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 - TCE/AM;

10.3.3. ao Sr. **Abdala Habib Fraxe Júnior**, nos termos dos arts. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2423, de 10/12/1996, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno a adoção das providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 26 de Março de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição